



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXVII — Nº 5

QUARTA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 1973

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO DA ATA DA 3^a SESSÃO, EM 13 DE MARÇO DE 1973 SESSÃO ESPECIAL EM HOMENAGEM À MEMÓRIA DO EX-SENADOR BENEDICTO VALLADARES

ATA DA 3^a SESSÃO, EM 13 DE MARÇO DE 1973

3^a Sessão Legislativa Ordinária,
da 7^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SENHOR PAULO TORRES

Às 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Milton Tindade — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Duarte Filho — Jessé Freire — Milton Cabral — Ruy Carneiro — João Cleofas — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenbergs — Eurico Rezende — João Calmon — Paulo Torres — Vasconcelos Torres — Benjamin Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — José Augusto — Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Benedito Ferreira — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Ney Braga — Antônio Carlos — Celso Ramos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Está aberta a sessão, que se destina, em caráter especial, de acordo com requerimento aprovado na sessão de ontem, a homenagear a memória do ex-Senador Benedito Valladares Ribeiro.

Cabe a esta Presidência comunicar ao Plenário que, nos termos regimentais, foram designados os nobres Senadores José Augusto e Danton Jobim para representar o Senado por ocasião das cerimônias fúnebres daquele ilustre homem público.

Concedo a palavra ao nobre Senador Magalhães Pinto, que falará em nome da Aliança Renovadora Nacional.

O SR. MAGALHÃES PINTO (Promunica o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, meu propósito era apenas trazer, neste momento, uma despretensiosa impressão pessoal sobre aspectos muito mineiros da personalidade do Governador Benedito Valladares, que encerrou nesta Casa sua longa vida pública ao terminar o segundo mandato como representante de Minas Gerais.

Recebi, porém, do ilustre Líder Petrônio Portella a desvantajadora incumbência de, em nome da Maioria, prestar a homenagem de apreço e de reverência ao eminentíssimo homem público recentemente desaparecido. Faço-o, Sr. Presidente, com o louvor a quem dedicou toda sua vida ao exercício de funções públicas e partidárias.

Valladares era um chefe inato. Sua liderança à frente do PSD permaneceu indiscutida e sem contestação durante a existência dessa importante agremiação política. Não é fácil julgá-lo, sem ter em vista os acontecimentos de uma época tão conflitada da vida pública nacional, não mui remota é verdade, mas que já pertence à História.

Não pronuncio, portanto, palavras protocolares ditadas pelo exercício do mandato em que me investiu a confiança democrática do meu Estado. Falo pelo sentimento de to-

dos os mineiros ao reverenciarmos a memória do Senador Benedito Valladares, que representou no Senado a nossa terra e seu povo, fiel aos valores que tanto distinguem Minas Gerais no cenário nacional.

Divergências eventuais e profundas são da própria índole do estilo democrático de convivência humana e, por isso mesmo, a marca do humanismo mineiro. Isto não deixa apagar em nosso espírito o senso de justiça na avaliação do papel que nossos contemporâneos desempenharam na vida pública brasileira.

Adversário político de Benedito Valladares por tantos anos e, depois, seu correligionário na Aliança Renovadora Nacional, podemos dar com isenção o testemunho sobre o homem que, por mais de 40 anos, afirmou-se, acima e antes de tudo, como presença e permanência de "mineiridade". Nesta palavra, tão provinciana e ao mesmo tempo tão universal, estão os valores clássicos da civilização mineira: a discrição e a polidez, a probidade e o senso de humor, a cautela e a obstinação, a prudência e a coragem, a lucidez e o gosto da objetividade — virtudes do homem na vida privada e armas do cidadão na vida pública.

São virtudes de Minas, que formaram no Brasil um tipo humano no qual a fidelidade ao trato defende quase sempre valores que talvez só pudessem exprimir-se em formas de agressividade ou intolerância. A mineiridade não é outra coisa que esse traço de civilização, contendo os impulsos mais rústicos da alma humana.

Assim foi Benedito Valladares que, no dizer de Milton Campos, "era dotado de sabedoria natural" que lhe garantiu presença tão intensa na vida pública brasileira. E essa sabedoria foi exercitada em momentos marcantes pela turbulência das grandes paixões cívicas, a emoção das horas decisivas em que as Pátrias buscam seus destinos nacionais por entre árduos embates. Nesses instantes

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**Seção II**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS**Via Superfície**

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido
de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

era que mais se destacava o espírito mineiro; prevalecia a calma e a prudência, a recusa em atender os impulsos de vingança, de curvar-se às fáceis seduções da intransigência e da intolerância, a vontade de conciliar, o desejo de encontrar caminho menos áspero, o gosto ameno das soluções de concórdia, o exercício da paciência, a práica do diálogo que abre caminhos à nobreza dos entendimentos.

Esses mandamentos éticos, estes imperativos de nossa mineiridade marcaram, por mais de quatro décennios, a vida e a ação pública de Benedicto Valladares. Ele foi assim no governo, na articulação e fundação do PSD, nas duras jornadas políticas que assumiu e no desempenho das atividades parlamentares.

Disse certa vez — quando exercei o Governo do Estado — que Minas trabalha em silêncio. Benedicto Valladares foi expressão desta verdade em que se revela muito da alma mineira. São conhecidas certas observações pitorescas que fazia quando, por exemplo, não querendo ou não julgando conveniente fazer comentários, dizia: "Conversa com mais de três é comício." Havendo assunto polêmico a resolver e se lhe era sugerido discuti-lo em reunião, costumava responder: "Reunião só depois do assunto resolvido."

Mostrava, assim, ser o homem discreto e cauteloso de sempre.

A Nação lhe conhece a biografia. Considero porém que talvez não pudesse estimar-lhe toda a ação política se não o identificasse com as camadas mais profundas da psicologia mineira. Correríamos o risco de não fazer inteira justiça à sua memória.

Nesta Casa em que ele exerceu por largo tempo a sua atuação política, agora que o homenageamos com a nossa saudade, é oportuno fixar as raízes profundas de seu temperamento discreto e austero.

Minas, sempre presente às angústias do Brasil, sofre com a morte de Benedicto Val-

ladares, o grande desfalque de um eminente brasileiro a quem Deus concedeu a graça do alto legado do bom senso e da sabedoria política. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tôrres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Benjamim Farah, que falará em nome do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. BENJAMIM FARAH PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tôrres) — Tem a palavra o nobre Senador Antônio Carlos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, na redação antiga de *O Globo*, onde fora cumprir missão decorrente da liderança estudantil que então exercitava na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e na extinta União Nacional dos Estudantes, ouvi de Horaçio Cartier uma referência a Benedicto Valladares que jamais esqueci. Na crista de uma viva campanha de imprensa e no Parlamento, que procurava desmerecer as qualificações intelectuais e políticas de Valladares, o jornalista ilustre chamava minha atenção para as suas qualidades de estadista.

A mim, já iniciado na atividade política, sob a bandeira da União Democrática Nacional, a afirmação causou espécie, senão mesmo escândalo. Mas, aquele testemunho provocou uma permanente curiosidade pela figura de Valladares.

Na Constituinte, acompanhei sua atuação. Li, depois, o seu *Esperião*. Mais tarde, já Deputado à Assembleia Constituinte do Estado de Santa Catarina, segui-lhe a atividade na Câmara Federal.

Guardei, assim, seus discursos na chamada "semana mineira" e os debates com

José Américo de Almeida — diálogo vivo entre Câmara e Senado.

Nesta Casa, encontramo-nos em 1963. A simpatia em que se transformara aquela curiosidade foi correspondida.

Apesar da diferença de idade, origem e caminhos políticos, tornamo-nos amigos. De minha parte, a simpatia fez-se em profunda admiração.

Benedicto Valladares foi uma criatura singular.

Homem público, abrigou também uma autêntica vocação literária. Nele o artista não era menor que o político. Ambos servidos por aguda inteligência.

Surgido na Revolução de 1930, o advogado de conceito de Pará de Minas começou uma carreira de originais características. Deputado Federal, Interventor Federal, Governador do Estado, novamente Deputado, Senador, Benedicto foi, inúmeras vezes, negado pelas elites, jamais pelo povo.

Seu maior valor foi o valor maior de seus adversários. Defrontou-se com as expressões mais altas da vida pública de Minas Gerais e do Brasil.

Distraído no circunstancial, foi invariably atento ao essencial.

Objeto, não raro da crítica cárstica, não abrigou nunca o amargor do ressentimento.

No exercício da liderança, longa e incontestada, usou sempre as armas da inteligência, em combates onde, a par da sensibilidade política, valeu-se dos recursos de seus dons de equilíbrio, bom senso e discrição.

De seus livros, a única coisa que se pode dizer é que não eram seus!... Crítica sem sentido, é de ver-se.

Em nossas longas conversas, nas viagens para Rio, nos almoços em sua casa onde nunca faltava seu grande amigo Gilberto Marinho, neste plenário, Benedicto me contou a história de sua vida que, em numerosos instantes, se confundiu com a história da política brasileira.

Devo à sua generosidade as mais carinhosas provas de estímulo e confiança.

Hoje, aqui, neste Senado que ele tantou amou, deixo, nestas palavras, o meu testemunho de admiração pela sua figura e a minha homenagem à sua memória. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tôrres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES (Sem revisão do orador.) (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, os Partidos que vigoravam antes de 1964, 1965 e 1966 marcaram um capítulo importante na história política deste País. Talvez um deles teria influenciado durante muito tempo e, apesar de extinto, ainda influenciará mais para a frente.

Esse Partido deu margem à criação de um neologismo na política brasileira, pois quando se quer falar da habilidade, do diálogo, da inteligência, do recuo e da transigência se usa, hoje, a palavra pessedista. Diz-se hoje: "Isto é manobra de pessedista", é "jogo de pessedista", como antigamente — e isso já vai sendo superado — se dizia, na cúpula política, que um Deputado ou o Senador, mesmo os dos mais longínquos rincões deste País, estava agindo como um mineiro. Essa expressão "mineirice", há pouco abordada pelo digno Senador Magalhães Pinto, teve uma substituição, quase que etimológica, pela palavra pessedista.

Entendo que foi bom que os Partidos, que em profusão viviam, tivessem sido extintos, porque uma nova mentalidade passou a imperar neste País. Mas quem pode negar, neste momento de saudade, principalmente os políticos de mandato mais longo, a sua procedência, a sua filiação sentimental a uma legenda.

Quem passou pelo PSD, pela UDN, pelo PTB ou por outros Partidos, e não se lembra das convenções, das brigas, das tramas, das furturas do jogo eleitoral, da disputa no campo da conquista do voto? Quem poderia esquecer as memoráveis convenções do Partido Social Democrático, a sua própria história, a sua fundação pelo Presidente Getúlio Vargas? Um gaúcho quase mineiro, que depois fundaria o Partido Trabalhista Brasileiro, conseguindo manter-se, como um "João teimoso", na corda bamba da habilidade, ora pessedista, ora trabalhista, mas fazendo com que se criasse uma mentalidade de vida partidária. Não totalmente partidária, porque entendo que o sociólogo político brasileiro há de compreender que vamos passar muito tempo sem uma autêntica mentalidade partidária.

Os Partidos de então serviam como abrigo ou para a vaidade de uns, ou para o atendimento de pretensões de outros, como registro de nomes a candidaturas municipais, estaduais ou federais. Mas no velho PSD, nos albores da sua fundação, um homem fora escolhido para a missão de dirigir, e se houve com dignidade e habilidade. E aqui já foram pronunciadas palavras de referência à sua memória, inclusive a aspectos pitorescos da sua vida. O político que entra no anedotário nacional ganha importância,

porque o que pode haver de pior é justamente o anonimato. E essas frases, essas anedotas, essas mentiras que se criaram em torno de Benedicto Valladares — e até algumas verdades — exaltam a sua memória, esmaltam-no num quadro, em que a figura humana sobreleva como em tela de cinemaScope. Era um homem talvez com defeitos, que todos nós possuímos, mas com um Amazonas de qualidades no seu temperamento.

No PSD, Benedicto Valladares haveria de marcar o seu comando, tentando um provincialismo, que agora não se faz. Naquela época, o PSD ia à praça pública, tinha elementos de primeira ordem, a exemplo das outras agremiações, mas o comandante das grandes jornadas no xadrez da política era indiscutivelmente Benedicto Valladares!

Sr. Presidente, só pedi a palavra por dois motivos: primeiro, porque pensei que só dois oradores oficiais exaltariam a figura do grande líder desaparecido; porque, segundo verificando a lista de oradores, notei que dos que brilhantemente ocuparam a tribuna nenhum deles tinha procedência pessedista. E eu que a tenho, que vivi um pouco a história do PSD e — por que mentir ao Senado? — ainda gosto do PSD. Ele acabou e eu hoje estou integrado de corpo e alma na Aliança Renovadora Nacional. Mas vendo que o brilhante Senador Magalhães Pinto, um dos grandes líderes da União Democrática Nacional; que o Senador Benjamin Farah, egresso do Partido Social Progressista; que esta figura brilhante de jovem líder, que representa de fato renovação na política brasileira, o Senador Antônio Carlos, também oriundo da União Democrática Nacional, prestaram tão comovente homenagem, como poderia eu, que acredito na frase de Augusto Conte que diz que "os mortos cada vez mais governam os vivos"; eu, que acredito no espírito, — tendo a certeza de que a alma de Valladares se rejubila, porque este era o seu ambiente, este era o seu meio, esta era a sua gente, o Senado era tudo para ele, a sua filosofia, a sua vida — como poderia eu permanecer calado nesta hora em que se presta homenagem à sua memória?

Creio existir e posso interpretar a felicidade do seu espírito, vendo postumamente o reconhecimento da sua obra através daquele que lutou, frontal e dignamente, contra sua política no Estado de Minas Gerais: o nobre Senador Magalhães Pinto, que há pouco produziu tão belo discurso em sua homenagem.

Esta é a beleza da vida, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Nós, que sofremos na política tantas injustiças, às vezes, depois de mortos, temos um momento como este, em que um adversário decente, honrado e digno, presta a homenagem que lhe prestou o Senador Magalhães Pinto. Assim se faz a História, efetivamente. Por isto, como poderia eu evitar de trazer esse preito de sentimentalismo, de amizade e de homenagem à sua alma, trazer uma voz do ex-Partido Social Democrático — e ele foi, realmente, um pessedista notável, como teria de ser depois o areñista correto.

Foi Benedicto Valladares, talvez, o maior exemplo de disciplina partidária que

eu, na minha longa vida de político, tenha conhecido. Jamais faltou, Sr. Presidente e Srs. Senadores, com o apoio a seu partido nos momentos de votação. Era um homem de uma correção exemplar. E neste instante em que rememoro e pranto a sua alma, sinto-me entristecido por ter sido parte de um dos poucos atritos de Benedicto Valladares neste Plenário, quando do envio de uma mensagem governamental sobre o aumento de vencimentos de funcionalismo público.

Era líder do Governo àquela época o falecido Senador Barros de Carvalho, e o Governo de então, fraco, não podendo atender a injunções, tinha perdido de certo modo o controle, dada a confusão reinante na vida política do País. E, não tendo dito a palavra de ordem ao Senador Barros de Carvalho, porque também não estava presente esse querido e estimado colega, Benedicto Valladares foi encarregado de transmitir a palavra sensata para que se atendesse realmente à situação do erário nacional. Eu, não sabendo dos fatos, tive com ele um diálogo mais áspero; pensei que disso resultasse um atrito. Logo em seguida, Benedicto Valladares viajaria para Roma; e teve aquilo que representou uma nuance do seu espírito, uma delicadeza de sua alma: tendo ido ao Vaticano, quebrou aquela aresta que houvera naquele instante, trazendo dois terços bentos pelo Papa, um para minha mãe e outro para minha esposa.

Sobre esse homem já se disse aqui o que se tinha que dizer; será um permanente assunto para a sociologia política brasileira. Benedicto Valladares representou uma época. Não sei se hoje seria o tipo que a política moderna está exigindo; mas, durante o seu tempo, foi autêntico, fiel a si mesmo, ao seu Partido, a sua gente e a sua Pátria.

Permita V. Exa., Sr. Presidente, que embora sepultados os partidos, voz autêntica de pessedista atire sua tumba, respeitosamente, a flor de saudade em que transformo as palavras que emocionadamente pronunciei, neste instante. (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tôrres) — concedo a palavra ao nobre Senador José Augusto, que falará em nome da representação de Minas Gerais.

O SR. JOSÉ AUGUSTO (Pronuncia o seguinte discurso) — sr. Presidente, Srs. Senadores, preferiria ficar calado nesta hora em que esta Casa homenageia a memória do ex-Senador Benedicto Valladares, que aqui honrou as tradições de Minas Gerais e serviu ao Brasil, como anteriormente já o havia feito, nas posições que ocupou, de Vereador, Prefeito Municipal, Deputado Federal, Interventor e Governador.

Preferiria ficar calado e sofrer em silêncio, apenas ouvindo os brilhantes oradores que lhe vão fazer o necrológio, pois, em mim, o evocar-lhe o nome e a obra, depois que a morte o levou do nosso convívio, faz com que, de modo quase incontrolável, as lágrimas da saudade, da imensa saudade que ele deixou no meu coração, aflam-me aos olhos, tão contristada está minh'alma pelo desaparecimento daquele que, tendo sido meu amigo, por cujas mãos iniciei minha vi-

da pública, foi sempre motivo do meu mais profundo respeito e da minha maior admiração pela sua conduta, quer na vida pública quer na vida privada.

O fato de ter chegado bastante atrasado ao seu enterro não dependeu de minha vontade. Muito ao contrário, pois, diligenciei e diligenciei muito, mas sem sucesso, para deixar Brasília a tempo de poder comparecer ao velório do seu corpo, em câmara ardente, no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, para onde o levou o Governador Rondon Pacheco, em gesto que o enobreceu, ainda mais, aos olhos de toda Minas, que ouviu, também, as brilhantes palavras de despedida que pronunciou em nome do povo e do Governo e onde eu deveria cumprir, também, a dolorosa e triste missão de que me incumbiu o Egrégio Presidente Filinto Müller, de ser um dos representantes do Senado nos funerais.

E por que não confessar agora que o ter chegado atrasado ao seu sepultamento e ter que ir, direta e rapidamente, em companhia de Edson Alvares, seu ex-Secretário e amigo de toda a vida, do Aeroporto ao Cemitério do Bonfim, onde chegamos quando seu corpo já descia ao túmulo, no Panteon dos Governadores de Minas, me poupar a possibilidade de dizer, ali, algumas palavras de despedida em nome do Senado, pois, as lágrimas incontidas pela saudade do amigo e Chefe que via desaparecer naquele instante correram céleres pelo meu rosto e eu fiquei durante muito tempo sem poder fazer outra causa que não fosse ficar concentrado na dor que me abateu.

Dele recebi orientação, conselhos e exemplos que me foram, estão sendo e serão sempre de valor inestimável.

É que fui, com muita honra, daqueles que lhe sentiram o carisma, pois ele foi grande líder e líder carismático. Vale dizer, tinha aquela qualidade especial de liderança que prende a imaginação, inspira confiança ilimitada e, consequentemente, comanda fidelidade e devoção inabaláveis. Tal foi, não há que negar, a liderança exercida por Benedicto Valladares em meu Estado durante todo o período em que teve militância política.

E quando se fala em líder e sobretudo em líder carismático, pensa-se, logo, na figura do demagogo, o orador popular que excita paixões, que faz as massas fremirem de entusiasmo, ao calor do qual realizam feitos de que, mais tarde, quase sempre se arrependem.

Benedicto Valladares jamais o foi neste sentido, mas foi, sem dúvida, um demagogo no sentido literal do vocabulário grego, demos + agogos, isto é, líder do povo, usando, entretanto, método oposto ao conceito hoje generalizado da palavra, pois, jamais, — e este o seu grande segredo e sua grande honra, — desceu, em hora alguma, ao apelo às emoções, aos preconceitos, aos apetites, às ambições ignóveis, às esperanças impossíveis de realização, mas que fazem fervilhar a imaginação popular menos avisada e comandam a ação política.

Benedicto Valladares foi um demagogo a seu modo, no sentido do seu profundo co-

nhecimento dos homens e como conduzi-los. Foi um demagogo — líder do povo — no sentido oposto ao paradigma geralmente aceito, pois ele era persuasivo pela palavra, mais ciciada do que inflamada, e sempre conquistava adeptos e removia obstáculos para seus esquemas de ação, todos triunfantes em momentos culminantes de nossa História Política dos últimos 40 anos.

Em quadro nítido pelo vigor de sua lógica política admirável, Valladares pintava para seus correligionários, quase sempre em pequenos grupos e, às vezes, um a um, num trabalho exaustivo, sem nenhuma afetação ou pose, com toda simplicidade, em voz macia e baixa e jamais com entonação oratória, o panorama da realidade política estadual ou nacional e seus desdobramentos fatais e todos víamos, depois, cumprir-se a previsão infalível de seu diagnóstico no fluir dos acontecimentos. E o êxito da sua condução política primou sempre pela inteligência, brandura e prudência, além do alto sentido de bem servir a seu Estado e ao País.

Dai ser estranhável a versão que li, no dia seguinte ao de seu passamento, em prestigiado órgão da imprensa do nosso País, de que, em agosto de 1970, Benedicto Valladares teria sido afastado da Senatária por Minas. Não, Srs. Senadores, isto não é verdade. E posso afirmá-lo, com absoluta certeza, porque fui testemunha dos acontecimentos que antecederam ao abandono da política pelo Senador Valladares.

Se ele tivesse manifestado o desejo de continuar no mandato que vinha exercendo nesta Casa, não tenho a menor dúvida em afirmar que ele teria morrido, dias atrás, a 2 do corrente, no exercício do mandato de Senador pelo Estado de Minas Gerais, pois este, durante 40 anos, jamais deixou de lhe reconhecer a qualidade de líder da maioria de seu povo e de lhe dar sempre, em todas as eleições em que pessoalmente se empenhou, as mais expressivas votações.

É certo que temíamos, todos, pelo seu precário estado de saúde, que uma campanha política para renovação do seu mandato iria por certo agravar.

Todos sabímos, com o coração consternado, que o nosso Chefe já não era mais o grande lidador, que, de modo especial, admiramos em 45, quando depois de deixar o poder pela força, congregou em Minas seus amigos e conclamou, no Brasil, os seus correligionários para eleger o General Dutra, cujo governo é, até hoje, lembrado pela tranquilidade e benefícios trazidos ao País por aquele que passou à História como o "Presidente de todos os brasileiros."

E então que formidável lidador era Benedicto Valladares! Que extraordinária capacidade de trabalho! Que comando político exercia! Como despertava entusiasmos! Que articulador! Que vocação política excepcional! Que formidável liderança!

Aos 75 anos, Benedicto já tinha lutado demais, já estava cansado, com a saúde gravemente abalada, via-se claramente. Já era, entretanto, um político plenamente realizado e que tinha, como diriam os antigos romanos, o direito ao "otium cum dignitate".

Mas, afianço-lhes, Srs. Senadores, ninguém em Minas tinha a coragem de lhe dizer isto. Todos o respeitavam demais e sabiam que ele não gostava de referências más ao seu estado de saúde.

E sem insinuação de quem quer que fosse, só ele mesmo, no recesso de sua consciência, caberia tomar, sozinho, qualquer decisão, que seria por todos acatada. E ele o fez, na Convenção da Arena de 2 de agosto de 1970, com as seguintes palavras:

"Nesta oportunidade, cumpre-me declarar que não sou mais candidato ao Senado da República, a fim de dar oportunidade a que outros possam prestar serviços à Nação. Assim procedendo, fico com minha consciência e com a minha dedicação ao Estado de Minas Gerais. Estou certo de que os mineiros saberão escolher representantes à altura das tradições do nosso Estado, para que sejam solucionadas as dificuldades da hora presente. Contarão, naturalmente, com o meu modesto apoio, onde quer que eu esteja".

E, tranquilo, com a consciência do dever cumprido, recolheu-se à vida privada quem, por tanto tempo, havia, na vida pública, prestado tantos serviços ao seu Estado e ao País.

A sua liderança nasceu e se alicerçou fundamentalmente no seu valor pessoal, no seu modo particular de ser, no seu caráter, nas suas mãos limpas, na sua inteligência aguda, no seu civismo, enfim, no seu profundo amor a Minas e ao Brasil.

É que, na grande maioria, todos nós mineiros conhecíamos e lhe reconhecíamos estas qualidades, que marcaram sua atuação na vida pública, desde Vereador à Câmara Municipal de Pará de Minas, sua terra natal, e logo depois Prefeito, num gesto de insubmissão, pois tomou a Prefeitura local, dirigida por adversários da Revolução, a fim de que o Município pudesse com toda facilidade, dar sua colaboração ao sucesso do Movimento Revolucionário de 30, em que Minas empenhou sua palavra de honra, empenhou, como empenhou, seus homens e seus recursos e depois, com a vitória e com sua confirmação no posto de Prefeito, no qual jamais perseguiu adversários políticos da véspera, mas procurou realizar uma conciliação geral em benefício da tranquilidade e do progresso do Município, no que teve grande êxito.

Dois anos depois, em 1932, deixa a Prefeitura para oferecer-se como voluntário ao Governo do Estado para combater, em qualquer posição, os revoltosos de São Paulo contra o Governo Central. E foi designado para o setor difícil do Túnel da Mantiqueira, onde teve destacada atuação, como nos conta o documento histórico, que é a carta do Comandante da Área, General Cristóvão Barcelos, ao Presidente Olegário Maciel, governante do Estado de Minas Gerais à época.

Convocadas eleições para a reconstitucionalização do País, Benedicto Valladares foi eleito Deputado à Constituinte, de onde

saiu para exercer a Interventoria em Minas Gerais.

Nesse posto, e depois no de Governador do Estado, eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa, toda Minas lhe é devedora de trabalhos de vulto em favor de seu desenvolvimento.

Logo que se empossou no cargo de Interventor Federal, recrutou Secretariado capaz e brilhante que o ajudou a realizar obra imperecível. São daquela época, dentre inúmeras e inúmeras outras, para citar apenas algumas das mais marcantes:

— Em primeiro lugar, o saneamento financeiro, cujo enorme desequilíbrio no setor era oriundo, na sua maior parte, de despesas com que Minas teve que arcar para viabilizar e tornar vitoriosa a Revolução de 30, que encabeçara, juntamente com o Rio Grande e a Paraíba. Não foram pequenas e nem de pouca duração as dificuldades que enfrentou, pois não se deu de um dia para o outro a execução do severo Código Tributário que, arrostando impopularidade, o seu governo teve que aplicar para aquele fim.

A Companhia Força e Luz de Minas Gerais, subsidiária da América Foreign Power, concessionária dos serviços de eletricidade na Capital do Estado, com a pouca energia que produzia, 13.000 Kws., com a capacidade já esgotada e fornecida, à época, por preço alto, e não mais se interessando em captar novas fontes para ampliar suas disponibilidades, era, sem dúvida, um grande entrave à industrialização.

O que fez, então, o Governo Benedicto Valladares para obviar a situação? Construiu a Usina do Gafanhoto, com 13.800 Kws., maior, portanto, do que a da subsidiária da American Foreign Power, e criou, desmembrado da Capital, o Município de Contagem, no qual instituiu e instalou a Cidade Industrial, para onde levou a energia de baixo preço de Gafanhoto e onde o Estado concedia, por preço simbólico, terreno urbanizado às indústrias que efetivamente ali quisessem se estabelecer.

E por que no Município de Contagem? Porque a 9 quilômetros do Centro de Belo Horizonte, no qual a Força e Luz não tinha a concessão dos serviços de eletricidade. Evidentemente, uma solução inteligente e feliz. E a Cidade Industrial de Contagem, às vezes também chamada de Cidade Industrial de Belo Horizonte — tanto se confundem os seus limites — lá está, com sua capacidade de há muito esgotada e já tendo servido de modelo a outras Cidades Industriais em nosso Estado.

Sob a alegação de que os Governos do Estado estavam descurando dos interesses da Região, havia pruridos separatistas no Triângulo Mineiro. Benedicto Valladares constrói, em Uberaba, a Usina de Pai Joaquim e constrói, também, a rodovia Belo Horizonte — Araxá — Uberaba.

Ainda no setor de eletricidade, foi no seu Governo que se construiu a Usina de Santa Marta, em Montes Claros.

E as três Usinas — Gafanhoto — Pai Joaquim — Santa Marta — formam o núcleo central de que nasceu a CEMIG — Centrais Elétricas de Minas Gerais que hoje

possui 1.117.000 Kws de potência instalada e fatura perto de 50.000.000,00 de cruzeiros por mês e, atualmente, constrói a Usina do Canal de São Simão, no Triângulo Mineiro, que vai dobrar o potencial elétrico do Estado, isto é, lhe vai dar mais de 2.500.000 Kws.

Não há, pois, como negar que, naquela época, foi dada grande arrancada à industrialização de Minas.

Muito teríamos que dizer dos resultados conseguidos e, sobretudo, das implicações que teve e do exemplo que ficou, se fossemos falar, em detalhes, do fomento à agricultura e à pecuária que o seu governo realizou em Minas, onde incentivos diversos foram aplicados, com muito sucesso, visando ao aumento da produção, especialmente de algodão e fumo, mas também de milho, arroz, feijão, soja e trigo; o fornecimento de técnicos para orientar as culturas; a introdução de sementes selecionadas; dos inseticidas para combate às pragas; as melhorias de pastagens mediante o cultivo de melhores forrageiras; o empréstimo e a revenda facilitada de reprodutores finos de raça bovina; o incentivo à avicultura e à suinocultura. Todas estas medidas encontraram suporte não apenas na Secretaria da Agricultura, mas, também, nas obras especiais levadas a efeito no seu Governo e que formam um conjunto harmonioso, digno de ser lembrado, porque padrão até hoje. São elas:

— As Circunscrições Agropecuárias com a finalidade, por meio do pessoal técnico nelas lotado — agrônomos e veterinários, principalmente, — de dar assistência específica todas as zonas do Estado em que foram localizadas.

A Feira Permanente de Amostras, edifício imponente à época, hoje aliás não mais existente, e no qual não só as riquezas mineiras e os produtos industriais do Estado estavam expostos à visitação pública, especialmente dos turistas estrangeiros, para ali encaminhados, mas abrigava, também, inúmeros serviços ligados à agricultura e à pecuária e, o mais importante, a Rádio Inconfidência, que seu governo instalou e destinada, além de outras finalidades educativas e artísticas, a transmitir programas especiais destinados aos lavradores e criadores, orientando-os e incentivando-os, o que continua fazendo, com pleno sucesso, até hoje.

A Fábrica Escola Cândido Tostes, em Juiz de Fora, modelar em todo o Brasil em matéria de laticínios e derivados do leite, foi obra de seu Governo.

A Fábrica Escola Benjamim Guimarães e a Fazenda Escola de Florestal, ambas com cursos práticos e de relativamente pequena duração, visando a formar técnicos em laticínios e agrícolas, devem-las ao seu governo.

E é triste dizer-se, mas é verdade, que, no início do seu governo, Belo Horizonte ainda consumia leite "in natura", não tratado, com os inconvenientes que a falta de tratamento acarretava.

Mandou ele vir equipamentos os mais modernos e técnicos estrangeiros os mais capazes, portadores, para a época, do mais moderno "know-how" e organizou, sob os auspícios do Estado, com facilidades de

toda ordem para os produtores de leite que abasteciam Belo Horizonte, a Central do Leite e mais tarde, nesta Central, organizou-se a Cooperativa Central de Leite, passando, então, a Capital a consumir leite e derivados nas melhores condições higiênicas possíveis, servindo de modelo a outras organizações congêneres que se organizavam em Minas.

E o Parque de Exposições da Gameleira, também construído no seu Governo, faz parte das providências e obras destinadas a incrementar a produção pecuária no Estado.

Criou, ainda, o Parque Florestal do Rio Doce, magnífica reserva, com 35.000 hectares de matas virgens, para preservar para as futuras gerações a flora e a fauna daquela região, nos mesmos moldes do Yellowstone, parque pioneiro americano, isto é, "as a pleasure ground for the benefit and enjoyment of the people" — "como um lugar de recreio para o benefício e gozo do povo".

O Turismo, está hoje, na ordem do dia, mas já era objeto de consideração séria por parte de Benedicto Valladares que, não apenas instituiu um departamento com escritórios na Feira de Amostras, mas realizou serviços de melhoria em todas as estâncias hidrominerais do Estado e deixou marcado em Araxá, indelevelmente marcado, o seu interesse pelo assunto quando fez surgir praticamente do nada aquela estância balneária, construindo, além de outros melhoramentos, o Hotel e as Thermas, monumentais e confortáveis, conhecidos em todo o Brasil, e dos melhores do mundo, no dizer de grande número de turistas estrangeiros.

No setor de comunicações — o rodoviário — numa época em que, com extrema dificuldade, se construíram estradas, não com tratores e "scrapers", mas com homens empunhando picaretas, enxadões, enxadas, pás, e o material escavado era transportado em carrocinhas a tração animal — são obras de Benedicto Valladares, dentre inúmeras outras, para citar apenas as mais longas e mais importantes: a estrada Belo Horizonte-Araxá-Uberaba e a que liga a antiga Figueira do Rio Doce (hoje Governador Valladares) a Teófilo Otoni e, o que é importante e significativo, construiu, em Belo Horizonte a primeira estação Rodoviária do Brasil, em moldes modernos para a época e que cumpriu suas finalidades por 35 anos, só agora dando lugar a outra maior e mais atualizada, no mesmo local da primitiva.

E a Pampulha, conhecida no Brasil inteiro como bairro residencial afastado do bulício da zona urbana de Belo Horizonte com o seu belo lago artificial, suas obras de Niemeyer e Portinari, seu estilo peculiar e que só se construiu com a sua aprovação, incentivo e recursos concedidos pelo Estado para a sua concretização.

Mas, Srs. Senadores, fato digno de nota e que não pode ser esquecido nesta hora, e que bem caracteriza a austeridade com que Benedicto Valladares governou Minas Gerais é o fato de, ao sair do Governo, por força do Movimento Revolucionário de outubro de 1945, que depôs o Presidentes da República e os Governadores de todos os Estados, ter ele deixado sem preenchimento, por medida de economia, mais de 1.000

cargos públicos vagos, e, nos cofres do Estado, 84.000 contos de réis em dinheiro e mais 300.000 contos de réis em ações ao par, da mais pronta aceitação no mercado e que representavam, para a época, somas elevadíssimas.

É por demais vasta a obra administrativa de Benedicto Valladares para ser analisada rapidamente como estamos fazendo. Ela requer estudo calmo e pesquisa paciente e após este estudo seu nome, que já figura entre os grandes no meu Estado, irá ombrear com os grandes administradores deste País.

Aqui nesta Casa V. Exas. são testemunhas da elegância de atitudes, da lhança de trato, da inteligência, da segurança nas opiniões, da grande experiência nos negócios públicos, do conhecimento da nossa política, da lealdade, do companheirismo de Benedicto Valladares.

Também o estudo metódico de sua longa vida política, tão agitada, com tantas implicações no nosso Estado e no cenário maior da Pátria, não pode ser feito rapidamente, em pinceladas ligeiras. Ele requer um Biógrafo e um Historiador isentos e capazes.

Sua personalidade fascinante, em parte porque diferente da média normal de nossos políticos, sua participação ativa e, às vezes também inativa em face do acontecimento, porque este era, ainda, um modo seu de participar, requer um estudo profundo.

O que não resta a menor dúvida é que ele fez História — História de Minas e História do Brasil, em inúmeros episódios decisivos e marcantes.

E, ao fazê-la, os mineiros sabemos que jamais a atuação deixou de se revestir de uma nobre característica: - servir a Minas e ao País. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tôrtes) —
A Mesa se associa às justas homenagens prestadas à memória do saudoso ex-Senador Benedicto Valladares.

Lembro aos Srs. Senadores que, de acordo com deliberação do Plenário, o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de amanhã será dedicado a homenagear a memória do eminente brasileiro Ruy Barbosa.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão.

Designo para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

I

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 568, de 1972) do Projeto de Resolução nº 64, de 1972, que suspende a execução do art. 2º da Emenda Constitucional nº 4, de 11 de junho de 1971, do Estado de Mato Grosso, nos termos da decisão do Supremo Tribunal Federal, proferida aos 12 de abril de 1972.

II

Discussão, em turno único, do Parecer nº 536, de 1972, da Comis-

são de Finanças, sobre as contas do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), relativas ao exercício de 1968, encaminhadas ao Senado através do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1971 (nº 29-A/71, na Câmara dos Deputados).

(Parecer pelo arquivamento.)

III

Discussão, em turno único, do Parecer nº 583, de 1972, da Comissão de Finanças, sobre as contas da Petrobrás Química S.A. — PETROQUISA, relativas ao exercício de 1968, encaminhadas ao Senado através do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1972 (nº 74-A/72, na Câmara dos Deputados).

(Parecer pelo arquivamento.)

IV

Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1972 (nº 74-A/72, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas da Petrobrás Química S.A. — PETROQUISA, relativas ao exercício de 1968.

(Matéria prejudicada em virtude de seu prejuízo pelo Plenário na sessão de 22 de junho do corrente, quando rejeitou, por constitucionalidade, o Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1971, que aprova as Contas do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), relativas ao exercício de 1968).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tôrtes) —
Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 15 horas e 50 minutos.)

Discurso do Sr. Senador Dinarte Mariz, pronunciado na Sessão de 12-3-73, que se republica por haver saído com incorreções.

O SR. DINARTE MARIZ (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente e Srs. Senadores: Ocupo hoje a tribuna desta Casa para fazer um apelo ao eminente e dinâmico Ministro Jarbas Passarinho; ao Dr. João Havelange, Presidente da Confederação Brasileira de Desportos; ao Brigadeiro Jerônimo Bastos, Presidente do Conselho Nacional de Desportos, no sentido de ser cancelada uma das penalidades impostas ao ABC Futebol Clube, sabidamente o mais popular e tradicional clube no setor esportivo do meu Estado, que além de perder os pontos ganhos numa disputa com o Botafogo em favor deste, ainda teve a sua suspensão por dois anos, o que me parece demasiado.

As circunstâncias de ter o ABC jogadores que não poderiam integrar o time podem justificar a perda dos pontos, nunca, entretanto, a drástica penalidade que lhe impuseram, suspendendo-o por dois anos de

todas as competições esportivas, inclusive do campeonato nacional de futebol, do qual vinha participando. Até mesmo no Código Civil vamos encontrar o apoio para a tese que defendemos — ninguém poderá ser punido duas vezes por uma mesma falta. Isso vem acarretando, nos meios desportivos do Rio Grande do Norte, verdadeiro desencanto.

A ausência do nosso clube nas disputas oficiais por dois anos trará, fatalmente, grande prejuízo à própria renda com que vem se beneficiando o nosso estádio, recentemente inaugurado. Falo com a autoridade de quem teve o privilégio, no Governo do Estado, de fazer a doação do terreno para a sua construção e do projeto, de autoria do jovem e talentoso conterrâneo arquiteto Dr. Moacyr Gomes Costa, que mereceu do técnico João Saldanha, em dois artigos em "O Globo", os maiores elogios, considerando-o mesmo o mais belo entre todos até hoje construídos no Brasil.

Ainda na minha administração foi concedido auxílio para início da construção, além de setenta mil cruzeiros que fiz consignar no Orçamento da União, quando voltei ao Senado e as suas obras se achavam paralisadas.

Se considerarmos que o Orçamento do Estado, na época, era apenas de um milhão de cruzeiros e hoje alcança a soma de duzentos e cinqüenta milhões, ou seja, duzentos e cinqüenta vezes mais, teremos aí a dimensão exata dos auxílios por mim concedidos. Ressalto para registro histórico que tanto a doação do terreno como os auxílios tiveram como beneficiária a Federação Nordestina de Desportos. Há quatorze anos passados eram escassas iniciativas como as que tomei quando no Governo em benefício dos esportes. Daí a autoridade e o dever que se me impõem de juntar minha voz a quantas, no meu Estado, se tenham feito ouvir para tratar deste assunto.

Uma circunstância que deve ser mencionada é a de se achar, atualmente, à frente da administração do ABC, como seu Presidente, o Desembargador Amaro Marinho, um dos mais conspícuos juízes da alta Corte de Justiça do Rio Grande do Norte.

Não me parece justo que no Governo do grande Presidente Emílio Garrastazu Médici, exatamente no setor que vem recebendo de Sua Excelência, pessoalmente e do seu Governo, maior estímulo, haja restrições que possam arrefecer o ânimo e o entusiasmo de uma classe que já o sagrou como seu maior protetor.

Fica, aqui, o apelo formulado em meu nome, do meu Estado e do seu povo, aos eminentes responsáveis pela política esportiva do País, para que se unam ao Rio Grande do Norte, liberando o nosso ABC das restrições que ainda lhe afetam, senão por outro sentimento, seja pelo reconhecimento aos relevantíssimos serviços que durante mais de meio século vem prestando à causa dos desportos natalenses. (Muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. CARVALHO PINTO NA SESSÃO DE 12/3/1973 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. CARVALHO PINTO (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, representante de um Estado que ainda detém apreciável responsabilidade na sustentação de setor agrícola vital ao desenvolvimento do País, não me escuso ao dever de voltar ao exame do problema da cafeicultura nacional, neste instante em que se adensam, em torno de seu destino, as mais fundadas preocupações, tanto dos produtores como das próprias autoridades. Área econômica do maior interesse à economia nacional e à subsistência de alguns milhões de brasileiros, defronta-se ela com o resultado inevitável de erros e imprevidências que, acumulados ao longo de nossa história, configuram hoje, na complexidade dos problemas envolvidos, um dos mais sérios desafios à argúcia e à capacidade dos nossos estadistas.

Escassez prevista

Já há mais de dois anos, ao analisar a matéria nesta Casa, tivera oportunidade de ressaltar advertência contida em análises idôneas e em levantamentos oficiais, de que "na ausência de medidas específicas e de certo modo radicais, os nossos estoques podem exaurir-se nos próximos dois ou três anos, com a consequente incapacidade de atendermos às necessidades da exportação e do próprio consumo interno".

Infelizmente, vieram os fatos — e a eles deu particular destaque recente e comentada importação de café pelo Brasil — a confirmar aqueles receios, a ponto de suscitar de parte do ex-Presidente do Instituto Brasileiro do Café, Eurico Penteado, afirmação de que "a situação do café brasileiro, dentro de dois anos, será, do ponto de vista comercial, simplesmente calamitosa". Com efeito, o progressivo declínio da produção, aliada ao esgotamento de reservas — já bem abaixo dos níveis de segurança — e acrescido, ainda, de conhecidas dificuldades no âmbito internacional, aproximam-nos da perigosa escassez, cujos efeitos de forma alguma podem ser subestimados neste estágio econômico em que a Nação reclama exportações crescentes e em que a rubiácea ainda se mantém responsável por quase 30% das divisas externas da nossa balança comercial.

Providências Oficiais

Conscientes dessas circunstâncias, empenham-se as nossas autoridades num rápido aumento da produção, quer amparando a apreciável elevação de preço obtido pelos produtores, quer através de facilidades gerais de crédito e amplo plano de financiamento a novas plantações. A despeito, entretanto, do louvável esforço que empreendem, aos técnicos se afigura difícil que venha o resultado desses estímulos ao plan-

tio chegar a tempo de evitar maiores perdas à nossa posição no mercado internacional ou, ainda, que possam proporcionar a recuperação, em níveis próximos aos anteriores, dessa riqueza nacional, já seriamente comprometida.

Tendo sofrido reveses de toda espécie, inclusive os climáticos e os provenientes da "ferrugem" que se generaliza e de cujos devastadores efeitos, com tanta visão e oportunidade, fomos prevenidos nesta Casa pelo eminentíssimo Senador Carlos Lindenberg; tendo assistido a freqüentes mutações na comercialização do produto, desde as advindas de operações imediatistas até as decorrentes das vacilações da política; suportando a persistência de pesado e depauperante conflito, enquanto, embora com objetivos superiores, outras áreas econômicas usufruem incentivos e benefícios de toda espécie; profundamente descapitalizada, a braços com elevações desproporcionais de preços nos insumos de que necessita e assobrada, ainda, por uma consequente transformação da estrutura agrária, que, afastando os homens do campo, torna o seu trabalho menos produtivo e mais oneroso, — se há de forçosamente compreender que não possa a lavoura encontrar condições favoráveis para instantânea retomada de confiança num setor que reclama pesados investimentos, prazo razoável para sua frutificação e, por isso mesmo, perspectivas seguras de preço e de mercado.

Como lealmente reconheceu em seu depoimento no Congresso Nacional o ilustre Presidente do Instituto Brasileiro do Café, Dr. Carlos Alberto de Andrade Pinto, "os incentivos indiretos, crédito barato e outros estímulos para novos plantios, adubação e melhores tratos não têm dado o resultado esperado. Por maior que seja o incentivo indireto, através de financiamentos, de ampastos, de subsídios, não há elemento que motive mais o homem ligado ao café do que o incentivo direto, e esse incentivo é o preço". E, realmente, a experiência nos mostra — nessa como noutras especializações rurais, onde sempre tão sensível se mostra a lavoura aos apelos oficiais — que não há melhor caminho para a vitalização agrícola do que o contido neste binômio: elementar da economia capitalista: segurança de mercado e suficiência de preços.

Ponderação indispensável

Entretanto, neste instante em que, por abandono ou erradicação, já se despojou a nossa cafeicultura de mais de dois milhões de plantas; neste instante em que, tendo perdido o comando do mercado mundial, que chegara a suprir na proporção de dois terços, se reduz o nosso País, acossado pelos concorrentes a mero fornecedor complementar, ao nível de 34% do consumo; neste instante em que, com reservas prestes a se exaurirem, a produção não atinge sequer aos níveis habituais do nosso consumo e exportação, toda serenidade se impõe na consideração do problema, a fim de que, fora do ângulo passionall que as situações de an-

gústia geralmente propiciam, se encontrem com coragem, mas com bom-senso — as soluções compatíveis com as exigências da nossa economia em propulsão onde vários interesses públicos se devem harmonizar, a bem do País e da própria firmeza do mercado do cafeiro.

Aspecto social

Mas não são apenas os aspectos econômicos que nos devem deter a atenção. Subjacente a cada problema econômico há, quase sempre, um problema social, e este, no caso da cafeicultura, assume graves proporções, não só pela larga extensão dos trabalhadores que sustenta, como ainda pela sua debilitação econômica, resultante de profunda alteração nas estruturas de trabalho. É que a substituição do regime de colono-pátria pelas turmas volantes, privando o trabalhador — como residente urbano, e como diarista da oportunidade de ter a própria lavoura de subsistência, o torna exclusivamente dependente do salário. Suas famílias deixam de ter assim, a garantia da produção própria de gêneros, ensejada pelo modelo clássico da nossa cafeicultura, e o salário, simplesmente monetário, e auferido em função de um trabalho nem sempre contínuo, torna os seus já parcos orçamentos domésticos extremamente vulneráveis aos efeitos da inflação remanescente e das incontroláveis explorações comerciais. Daí a ínfima capacidade aquisitiva e mesmo a penúria que ainda opriem extensa faixa dos nossos trabalhadores rurais, e que são sobremodo agravadas nas áreas ou nos períodos de insegurança econômica e desestímulo aos investimentos agrícolas.

Todas essas razões, Srs. Senadores, sumariamente expostas, destacando a complexidade do problema, estão a evidenciar a necessidade de ser o mesmo tratado com equilíbrio e espírito prático, distante não só de objetivos acentuadamente fazendários, como ainda de perspectivas subjetivas ou de radicalizações inconstitutivas, que só poderiam prejudicar a formulação de planos justos e exequíveis. Para esse efeito, entretanto, contam hoje os agricultores com um governo austero, responsável e profundamente empenhado na reconstrução econômica do País; e conta por sua vez o Governo com a dedicação e a capacidade realizadora de uma classe agrícola que, a despeito dos desenganos e das incompreensões de que já tem sido alvo, sempre encontra reservas de coragem e disposição para o desempenho de sua quota de responsabilidade na obra comum do engrandecimento nacional.

Carta de Guaxupé

Devem, por isso, ser recebidos com o maior apreço os trabalhos do IV Encontro Cafecícola, recentemente realizado em Guaxupé, Estado de Minas Gerais, com a participação ativa de mais de 500 cafeicultores desse Estado, de São Paulo, do Paraná, da Bahia e do Rio de Janeiro. O documento aí elaborado, denominado "Carta de Guaxupé" e que se destina especialmente ao Parlamento Nacional, acolheu substancialmente as ponde-

rações de prestigiosas entidades de classe, como a Cooperativa dos Caficultores de Guaxupé, a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná, e constitui, sem dúvida, um autêntico e objetivo testemunho, que não pode ser ignorado num tratamento realístico da matéria. Incorporando-o, em anexo, a este meu pronunciamento, quero crer que suas sugestões, fundadas na vivência e no espírito de colaboração de homens amadurecidos na luta da caficultura, representam fonte valiosa de dados para a ação governamental consciente e bem intencionada.

Contribuição do Poder Legislativo

Neste passo, Srs. Senadores, é de justiça assinalar-se o interesse com que o Poder Legislativo, bem compreendendo a relevância da matéria, tem procurado levar a colaboração ao seu alcance na defesa dos legítimos interesses da caficultura nacional.

Não foram poucos, com efeito, pronunciamentos e trabalhos nesse sentido desenvolvidos, quer pela situação, quer pela oposição no plenário ou nas comissões, tanto do Senado, como da Câmara. Entretanto, como nesse ou noutro qualquer terreno econômico, nada de seguro se poderá construir sem uma prévia definição política e formulação programática, permito-me a esse respeito mais uma vez lembrar os estudos realizados pela Comissão Mista, constituída por oportunidade iniciativa do Senador Ney Braga e a que tive a honra de presidir. Suas conclusões, que acompanhadas de aprofundadas análises técnicas, mereceram aprovação desta Casa e o melhor acolhimento por parte do Exmo. Sr. Presidente da República, ainda encerram sugestões da maior atualidade, a despeito do tempo decorrido e de sua efetivação parcial.

Dentre essas sugestões, seria a meu ver oportuno destacar as relativas a uma mais responsável participação dos produtores na orientação da política cafeeira, à necessidade de preservação do comércio de pequeno e médio porte e à redução gradativa da quota de contribuição. Bem sabemos, por certo, as dificuldades que esta última providência envolve, sobretudo nesta altura em que a prática continuada do expediente cambial já o insere como peça estrutural de uma política econômico-financeira que está outorgando ao País novas dimensões de grandeza, de soberania e de respeito entre os povos. Mas nesta hora crucial da caficultura, em que os estímulos indiretos já não resolvem, as medidas paliativas se tornam contraproducentes e uma aguerrida concorrência nos vai progressivamente confinando no comércio internacional, se há de convir que o terreno cambial é ainda um segundo campo de manobra que nos resta, na defesa desse setor vital de nossa economia. É aliás o que já começam a reconhecer autorizados defensores da expropriação cambial, como o ex-Ministro Roberto de Oliveira, à vista da sensível alteração de seus anteriores pressupostos, com a desnecessidade da onerosa absorção de excessentes e a oportunidade, ao re-

verso, de rendosa alienação dos estoques remanescentes; e é ainda, a oportunidade que se entreabre ao espírito daqueles que, como o ilustre Ministro Delfim Neto vendo no expediente cambial um mecanismo de defesa dos preços externos, hão de verificar que a própria situação estatística do produto constitui, hoje, o melhor instrumento para assegurá-la.

O Sr. Luiz Cavalcante — V. Exa. permite um aparte?

O SR. CARVALHO PINTO — Com todo o prazer.

O Sr. Luiz Cavalcante — Nobre Senador Carvalho Pinto, é até uma afoiteza de minha parte intrometer-me no discurso de V.Exa., mestre de Economia e representante de um Estado essencialmente cafeeiro, ou ex-essencialmente cafeeiro. Mas fiquei muito preocupado com notícias que li nos jornais, há poucos dias, dizendo que o Brasil, para satisfazer os compromissos de 18 milhões de sacos no mercado internacional do café, em 1973, terá forçosamente que importar dez milhões de sacos de 60 quilos, pois que a sua produção atual é de apenas 16 milhões de sacos e o consumo interno vai a 8 milhões de sacos. Assim, teremos que dispor em 1973, de 26 milhões de sacas, como dizem os paulistas - nós, alagoanos, dizemos "sacos". Esse, o fato que me preocupa. Mais ainda: na mensagem do Exmo. Sr. Presidente da República, está confessado que o café, apesar de em 1972 ter apresentado um crescimento em volume de 5%, teve aumentada, por outro lado, sua receita cambial em 37%. Então, por se tratar de uma lavoura como esta, histórica, que por tantos anos foi o suporte de nossa balança comercial, e ainda pelo rendoso negócio que é o café no momento, não pode o Governo da República deixar de dispensar-lhe uma especial atenção. Por isso, aplaudo o discurso de V. Exa. e faço votos para que o Governo ainda encare o café como uma grande alavanca da nossa economia. Muito obrigado a V. Exa.

O SR. CARVALHO PINTO — Muito grato, nobre Senador, pelo aparte com que V. Exa. valoriza as minhas despretenciosas considerações.

V. Exa., numa síntese feliz, feriu os pontos essenciais do problema, assinalando a significação econômica da caficultura e os riscos da receada carência do produto.

Temos a certeza, por todos esses motivos, de que com o descortino e firmeza que o caracterizam e necessariamente atento ao equilíbrio entre os vários interesses públicos em causa, não deixará o Governo, através dos Ministérios responsáveis, da Fazenda, do Planejamento, da Indústria e Comércio e da Agricultura, de fazer o que ao seu alcance estiver, para salvar a imensa parcela do patrimônio nacional constituída pela caficultura.

O Sr. Flávio Britto — V. Exa. permite um aparte?

O SR. CARVALHO PINTO — Com prazer.

O Sr. Flávio Britto — Senador Carvalho Pinto, todos nós, com assento nesta Ca-

sas, sabemos da responsabilidade com que o eminente Senador ocupa os microfones deste plenário, por ter sido o primeiro a apresentar um plano de reforma agrária, quando Governador do Estado de São Paulo. Quando Ministro da Fazenda, procurou dar à caficultura que, como V. Exa. bem diz, ainda é o veículo número 1 de carentamento de dólares para o País, o apoio de que necessitava. Foi, sem dúvida, a caficultura uma das suas grandes preocupações naquela Pasta. Presidimos o primeiro Encontro do café no Estado de São Paulo, o segundo no Paraná, a que compareceu o Presidente da República, o saudoso Marechal Costa e Silva, e o terceiro em Minas Gerais, na cidade de Poços de Caldas, com a presença do Sr. Ministro da Fazenda, apoiando-o com a sua responsabilidade e a de todos os seus técnicos, nos quais foi examinada a situação do café, a fim de que pudéssemos dar o devido lugar a esse produto. Todos compreendemos, meu prezado Senador, que a causa estava nos erros acumulados dos governos anteriores a 1964, onde predominava a demagogia. Tínhamos o tabelamento demográfico dos produtos. A carne, por exemplo, até hoje ainda é um problema a ser resolvido, eis que os governos anteriores a 64 queriam obrigar a venda de "filet mignon" a preço muito baixo. Como bem explicou V. Exa., e disso é testemunha, os governos de 1964 para cá têm dado todo o atendimento às reivindicações do órgão máximo da agricultura brasileira — a Confederação Nacional da Agricultura. Procura o Governo dar ao caficultor uma situação mais estável, promovendo a diversificação da produção, para que os companheiros não dependam exclusivamente do café. Recebemos grandes incentivos para a soja, amendoim e para a própria pecuária e podemos dizer que hoje há um largo crédito para todos esses produtos. Realmente, a caficultura brasileira está atravessando uma crise que todos reconhecemos. Apelamos, como bem disse V. Exa., para o Sr. Ministro da Fazenda, o Presidente do IBC, enfim a estrutura do Governo atual, para que seja dado aos caficultores uma situação normal a fim de que se possa continuar a produzir. Meu caro colega, ficamos satisfeitos em verificar que o Governo, hoje, se preocupa em que se plante café somente naquela faixa, para acabar com a demagogia do passado quando o caficultor, mesmo sabendo que havia geda, plantava porque estava certo de que depois viria a prorrogação de crédito e outros benefícios. Hoje o Instituto Brasileiro do Café está permanentemente alertando o Sr. Ministro da Indústria e Comércio a respeito do assunto. E eu, como Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, tenho a certeza de que os Srs. Ministros Pratini de Morais e Delfim Netto, estão atentos para o problema que o nobre colega levantou com muita propriedade.

O SR. CARVALHO PINTO — Agradoço, nobre Senador, as palavras generosas com que me distinguiu e a colaboração trazida a estas minhas observações, especialmente valiosa por partir de profundo conhe-

cedor da matéria e autorizado líder da nossa classe agrícola.

V. Ex^a, bem reconhecendo as dificuldades que a cafeicultura está enfrentando, assinala, ao mesmo passo, a diligente atenção com que o Governo vem acompanhando a situação do nosso principal produto agrícola.

Desejo trazer ainda o meu testemunho acerca dos esforços que V. Ex^a tem empreendido neste mesmo sentido, pois vários foram os contatos que tivemos com o Sr. Ministro da Fazenda e com o Sr. Ministro da Indústria e Comércio a ambos sempre levando as nossas preocupações e as nossas sugestões e deles sempre recebendo a atenção reclamada pela magnitude do problema.

A propósito das medidas oficiais de fomento à plantação, devo reconhecer que são alvissareiras as notícias, procedentes de várias regiões do País, de que estão elas produzindo generalizado efeito. Apenas é de se recuar que essas medidas não cheguem a tempo de vencer a escassez iminente, embora os elementos estatísticos de que disponho não me induzam a chegar às cifras avultadas aqui trazidas pelo nobre Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CARVALHO PINTO — Com muito prazer.

O Sr. Nelson Carneiro — Situou V. Exa. muito bem, como de seu hábito, nobre Senador Carvalho Pinto, o problema e as dificuldades por que passa a lavoura cafeeira. Mas teve logo ao início de sua oração o cuidado de se referir a erros que se vinham acumulando no passado. O nobre Senador Flávio Britto preferiu situar o Equador entre as medidas erradas e as medidas certas. Infelizmente, de 1964 para cá, os erros têm sido tão grandes quanto os que antecederam aquela data. As sucessivas modificações na direção do Instituto Nacional do Café demonstram que a política tem sido vária, diversa, que a Revolução não conseguiu e nenhum Governo conseguiria. Portanto, vamos acabar com essa idéia de dividir o Brasil em dois pedaços: antes e depois de 1964. Os erros vieram antes e continuam depois. Lembre-se V. Exa. das grandes erradicações de café que foram feitas no tempo da Revolução; e é a Revolução que agora volta a premiar aqueles que replantam o café. Portanto, coloquemos o problema na altura em que V. Exa. o coloca: os erros são enormes, de muitos anos antes e depois da Revolução. Não entreguemos à Revolução o milagre de ter resolvido o problema do café. Se tivesse resolvido, oito anos depois V. Exa. não estaria, com a sua autoridade, dando a esta Casa e ao País um quadro realmente melancólico do que pode ocorrer se medidas imediatas não forem tomadas pelo Governo. Era esta a contribuição modesta que queria trazer ao discurso de V. Exa., para que não se continue, nesta Casa, a dividir o Brasil em dois pedaços: um que terminou em 1964, responsável por todas as desgraças deste País, e outro que começou em 1964, dono de todas as benesses e benefícios que são realizados.

O Sr. Flávio Britto — Permite V. Exa., Senador Carvalho Pinto, outro aparte?

O SR. CARVALHO PINTO — Com muito prazer.

O Sr. Flávio Britto — Senador Carvalho Pinto, pedi o aparte a V. Exa. por ter sido citado pelo nobre Líder da Oposição, Senador Nelson Carneiro. Eu, com a minha responsabilidade, meu caro Senador Nelson Carneiro, quero dizer a V. Exa. que se houve demagogia foi antes de 1964. No seu Estado mesmo, V. Exa. há de estar lembrado de como se queimavam barcas todos os dias, porque queriam manter ao preço de dois cruzeiros a passagem; V. Exa. deve estar lembrado de como se queimavam os trens na Central do Brasil; V. Exa. sabe, também, qual era o problema do leite, e se esse problema persiste é porque os governos de antes de 1964 criaram essa situação, mentindo ao povo, e não houve tempo suficiente para resolver o problema, porque uma matriz ou uma lavoura de café, Senador Nelson Carneiro, não produz em três ou quatro anos.

De forma que o Governo da Revolução foi para nós, da agricultura e da pecuária brasileiras, a salvação. Em verdade, os governos de antes de 1964 estavam jogando os trabalhadores contra os patrões e os patrões eram obrigados a não querer mais esses trabalhadores, porque esses seus antigos companheiros eram os futuros criminosos, dispostos a assassiná-los no cair da noite. Então, a Revolução de 1964 deu a esse empresariado rural uma segurança; disso tenho conhecimento, e não quero dizer que V. Exa. não tenha, também, conhecimento, mas pela minha profissão tenho ciência de que se não fosse pelo Governo da Revolução de 1964 para cá nós todos, brasileiros livres e que queremos liberdade, e que temos de proclamar todas as vezes que se não fosse esse Governo, não teríamos que esperar mais — como disse o eminentíssimo Senador Luiz Cavalcante que, lendo o jornal, daqui a dois anos teremos falta de café — pois já estariamos com falta de café. Então havia esse perigo, que agora se erradicou, que o Governo mandou erradicar, que era justamente uma demagogia, porque todos queriam plantar numa faixa que se chama ecológica, quando é sabido que não se podia plantar lá; mas os Governos de antes de 1964, mesmo sabendo que aquilo era demagogia ou talvez com outras finalidades, permitiam que ali se plantasse café, mesmo sabendo que aquela região era sujeita a geadas e que ali não havia condições para a plantação. Portanto,

Senador Nelson Carneiro, como responsável pela classe patronal rural declaro, em todos os sentidos, que foi a Revolução que nos beneficiou e temos que proclamar e sair dizendo: bendita Revolução, porque se não tivesse havido a Revolução haveria fome e havendo fome há a guerra civil; e num país em que não haja comida há guerra civil. E foi a Revolução que deu condições a todo o empresário rural de manter-se e trabalhar, mesmo com esse sacrifício, como disse o Senador Carvalho Pinto e eu reafirmo: e há esse sacrifício do produtor; mas ele continua insistindo para que o Brasil não volte à barbárie de antes de 1964.

O Sr. Nelson Carneiro — Nobre Senador Carvalho Pinto, permite V. Exa. que interrompa, mais uma vez, o magnífico discurso de V. Exa.?

O SR. CARVALHO PINTO — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Nelson Carneiro — Não quis fazer, aqui, crítica da Revolução, porque eu também a preguei, mas não posso aceitar que se atirem sobre o passado todas as responsabilidades, depois de oito anos de um governo revolucionário. Os governos anteriores erraram, mas os Governos que se sucederam não acertaram, e a prova de que não acertaram é o magnífico discurso que está proferindo o nobre Senador Carvalho Pinto.

O SR. CARVALHO PINTO — Muito obrigado, Senador Nelson Carneiro, pelo aparte e bondosas expressões com que me distingue. O nobre Senador Flávio Britto teve oportunidade de abordar fatos e responsabilidades referentes a períodos passados e presentes na evolução da política cafeeira e assinalou os inegáveis esforços da Revolução ao assegurar condições de trabalho e de confiança ao meio rural. Acredito entretanto que não seria construtivo, neste instante, nos determos numa cronologia dos erros ou desacertos geradores das dificuldades presentes, mesmo porque elas remontam a longa data, especialmente a um passado em que o Brasil mantinha a chamada política do guarda-chuva aberto, à sombra da qual nasceram e se desenvolveram os nossos atuais e poderosos concorrentes.

Quero crer mesmo que, a rigor, ninguém possa se eximir de responsabilidades a respeito de imprevidências passadas, sobretudo nos instantes de euforia, em que, por vezes, tanto as autoridades como os meios ligados à produção e ao comércio, não se deram conta dos efeitos da política adotada, na comercialização futura do produto.

É por estas razões que, neste instante, numa posição que desejo seja construtiva, prefiro focalizar a realidade e apontar os caminhos, ou acenar com sugestões que possam ser úteis à superação das dificuldades atuais, que, se não forem removidas a tempo, poderão entravar e retardar seriamente o desenvolvimento econômico do País.

O Sr. Eurico Rezende - Permite V. Exa. a um aparte?

O SR. CARVALHO PINTO — Com satisfação.

O Sr. Eurico Rezende - Quero colocar no discurso de V. Exa. e no debate o grãozinho de café do Espírito Santo.

O SR. CARVALHO PINTO - Que é também valioso ao progresso do País.

O Sr. Eurico Rezende - ... que também está presente na economia nacional. Tive a oportunidade — e acredito que todos os Srs. Parlamentares federais a tiveram — de receber o Manifesto do Congresso de Guaxupé. Li esse documento e notei, a não ser fratura de interpretação de minha parte, uma insinuação no sentido de que o Congresso Nacional estaria omitido ao problema. Se

realmente existe a insinuação, isto seria a palha das palavras, porque houve, aqui, o grão dos fatos. O Congresso Nacional constituiu Comissão Mista presidida por V. Exa., e que teve como Relator, ou Secretário o ex-Deputado José Richa, hoje Prefeito de um grande município do Paraná. A Comissão Mista desenvolveu esforço mental, físico e geográfico muito grande, percorrendo todos os Estados cafeeiros, coletando opiniões e estabelecendo debates. Lembro-me perfeitamente, com aplauso e louvor, da interlocução que tivemos lá, em nosso pequeno-grande Estado do Espírito Santo. O Congresso Nacional, portanto, jamais se omitiu! Antecipou-se até, obviamente, ao Congresso de Guaxupé, que se realizou recentemente. Quanto à troca de idéias, e margens de rio, entre os eminentes Senadores Flávio Britto e Nelson Carneiro, devemos dizer que nem tudo que está aí foi a Revolução que fez. Muita coisa boa se fez no passado, antes de 30, depois de 30. Lembro-me muito bem do Governo do Marechal Dutra, do Governo Juscelino Kubitschek, a quem se deve fazer justiça e foi quem iniciou o salto econômico que deu este País. Mas, num ponto houve realmente demagogia da parte de Governos anteriores, e demagogia altamente lesiva aos interesses nacionais. Não há necessidade de ser economista, basta uma observação: antes de 1964, o Brasil, se não me falha a memória, tinha uma cota de 19 milhões de sacas no Convênio Internacional, e a produção era de 32 milhões de sacas. Então, que acontecia? Os técnicos aconselhavam o Governo a fazer a erradicação dos cafeeiros anti-econômicos mas governos sucessivos resistiram a isso. Então, os Governos da Revolução partiram para esta medida cirúrgica antipática: fizeram a erradicação; para evitar o quê? - Os armazéns do IBC ficavam abarrotados de milhões e milhões de sacas da mais completa ociosidade, porque aquele Instituto não podia colocar aquilo no comércio internacional, pois competiria com a iniciativa privada e iria levar a economia nacional à ruína. Então, os Governos anteriores, neste ponto, erraram; não tiveram a coragem de enfrentar o problema da erradicação. Mas o que fez a Revolução? Não erradicou apenas; estabeleceu faixas de conveniência ecológica e está estimulando e financiando o replantio em condições mais econômicas e de melhor produtividade, para evitar a previsão feita pelo eminentíssimo Senador Luiz Cavalcanti, aliás, muito pessimista; S. Exa. acha — em discurso que fez ano passado — que vamos aumentar a importação de petróleo e que teremos que importar café. Não acredito que tenhamos que importar café, mas se isto acontecer não será culpa do esforço consciente e lúcido dos Governos da Revolução.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Lembro ao nobre orador que o seu tempo está a esgotar-se, e peço aos Srs. Senadores que não o aparteiem mais, para que possa completar suas considerações.

O SR. CARVALHO PINTO — procurarei terminar, Sr. Presidente.

Agradeço, nobre Senador Eurico Rezende, as palavras de V. Exa.. não só relem-

brando o esforço desenvolvido pelo Congresso Nacional no tocante aos problemas da cafeicultura, como procurando fazer justiça ao empenho do Governo Revolucionário ao enfrentar os problemas desse importante setor da nossa economia. Relativamente à contribuição do Congresso Nacional, é-me grato ver rememorado o relatório apresentado pela Comissão que tive a honra de presidir e que contou com inestimável colaboração de eminentes Senadores e Deputados, tanto da situação como da oposição. Sentindo-me muito à vontade para qualificar esse trabalho, pois fui mero coordenador de um verdadeiro esforço de equipe, não hesito em afirmar que o considero um dos mais completos e fundamentados, acerca da matéria. Entregue pessoalmente pelo Presidente do Congresso e referida Comissão mista, ao Exmo. Sr. Presidente da República, mereceu de S. Exa. especial interesse, e foi com satisfação que pudemos assistir após, na seqüência dos atos oficiais, à adoção de várias medidas nele preconizadas, numa expressiva demonstração da capacidade do Legislativo em colaborar com o Executivo, num plano técnico e informal, para solução de problemas de natureza econômica.

Procurando abreviar meu discurso, à vista do término do tempo regimental, desejo apenas ponderar que as riquezas que ora se adicionam ao País com uma industrialização intensiva e aprimorada, — da qual justificadamente se orgulham os brasileiros —, podem e devem ser estimuladas sem prejuízo daquelas que, situadas na órbita da agricultura, têm sido o sustentáculo do nosso progresso e constituem ainda viga mestra de nossa estrutura social e econômica. Vamos somar e não substituir riquezas. Só assim, preservando o que já nos custou tantos sacrifícios e prosseguindo na conquista de outras áreas igualmente indispensáveis, é que podemos cumprir os objetivos da dinamização econômica do I Plano Nacional de Desenvolvimento, correspondendo, ainda, ao pensamento, com realismo e em termos programáticos enunciado pelo eminentíssimo Chefe da Nação: "Dado que a metade da população brasileira vive no campo, compreendemos que os propósitos de integração nacional não haverão de prosperar sem o desenvolvimento acelerado da agricultura" (Muito bem! Muito bem! Palmas).

Documento a que se refere o Sr. Senador Carvalho Pinto em seu discurso:

IV ENCONTRO CAFEEIRO EM GUAXUPÉ

"CARTA DE GUAXUPÉ"

O plenário do IV Encontro Cafeeiro, realizado em Guaxupé, Estado de Minas Gerais, com a participação ativa de mais de 500 cafeicultores deste Estado, do Estado de São Paulo, do Estado do Paraná, do Estado da Bahia, do Estado do Rio de Janeiro,

Considerando ser o Congresso Nacional, não apenas o poder incumbido da elaboração das leis, mas tam-

bém a grande caixa de ressonância dos problemas fundamentais da vida nacional:

Considerando ser o Congresso Nacional o Poder que congrega a mais legítima representatividade de todos os setores que compõem o conjunto dessa vida nacional, incumbindo-lhe, assim, conhecer, debater, concluir e disciplinar as idéias básicas, capazes de encaminhar e solucionar os problemas de escala nacional;

Considerando ser a economia cafeeira aquela que, sem qualquer exagero, representa a substância de maior valia na economia nacional;

Considerando ter sido o café, durante largo período de nossa história, o responsável direto pela criação da riqueza da Nação e que ainda não pode ser substituído na pauta de nossas exportações por qualquer outro produto ou conjunto de produtos;

Considerando, inobstante ser certo, que as estatísticas ultimamente divulgadas pretendem dar prioridade ao volume de receita cambial aos chamados manufaturados, mas, a análise desses dados permite concluir que sem os subsídios de exportação concedidos aos manufaturados seria realmente impossível a obtenção da receita cambial que lhes é atribuída;

Considerando que o subsídio à exportação de manufaturados tem a sua fonte no sacrifício imenso imposto à economia cafeeira através de uma contribuição, assaz pesada face aos resultados líquidos que os preços oferecidos ao produtor permitem afinal apurar;

Considerando que, bem examinadas as coisas o que se depara é que quem arca com os subsídios assegurados à quase totalidade dos produtos industrializados que disputam a sua colocação no mercado internacional, é o CAFÉ;

Considerando que, enquanto isso, o custo de produção do café aumenta desproporcionalmente à política de preços praticada entre nós, a cargo do Poder Público, onerando a produção cafeeira acima de sua capacidade normal;

Considerando que as implicações dessa política têm sido exaustivamente demonstradas por todos os meios ao alcance dos produtores, sem que a Nação tenha se sensibilizado na justa medida da gravidade do problema;

Considerando que ao se pretender tornar válida a preocupação de conscientizar a Nação dessa gravidade e dos efeitos imediatos e mediatos da política unilateralmente seguida pelos órgãos responsáveis, é imperioso buscar e encontrar o meio mais idôneo e eficaz da conquista dessa conscientização;

Considerando que as proporções da crise na economia cafeeira, já perceptíveis sob muitos e relevantes aspectos, não mais admite que a ressonância de sua previsão aguda se esgote no âmbito de debates e conclusões setoriais e suspeitas de agirem em sua causa própria;

Considerando que as Casas do Congresso Nacional, ou sejam, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal serão, indubitavelmente, as Assembleias na dimensão do interesse insuspeitado de toda Nação para recolherem o apelo da cafeicultura em geral, substituindo-se aos pronunciamentos de classe ou de setor para encontrar o legítimo ponto de equilíbrio de todos os interesses em jogo, de forma a ressalvar os da comunidade nacional, mas também, identificados e amparados os interesses maiores do trabalho empregado na criação da riqueza cafeeira, de significação social.

Resolve levar ao conhecimento dos Excelentíssimos Senhores Deputados Federais e Senadores, na sua expressão Global do Poder Legislativo, com o propósito de dar solução imediata aos problemas que afligem a área mais numerosa de brasileiros ocupados na lavoura, no comércio e na indústria da produção da riqueza mais representativa do Brasil, de modo que a experiência, a cultura e o patriotismo dos representantes eleitos do povo, balizem o comportamento de todos quantos participam do esforço atual de soerguimento da economia cafeeira;

1 — Manter a quota de participação do Brasil no mercado mun-

dial, para que aufera a receita cambial indispensável ao nosso desenvolvimento econômico;

2 — Que a riqueza interna proporcionada pelo café continua alimentando um grande mercado consumidor, base do desenvolvimento industrial, mantendo, destarte, elevado número de empregos da mão-de-obra rural.

Sendo que o estabelecido pelos órgãos responsáveis, com o Plano de Renovação e Revigoramento da Cafeicultura, é considerado insuficiente pois:

a — as atuais lavouras, em sua maior parte, não subsistirão à ferrugem;

b — os financiamentos, como técnica creditícia, constituem base de mera sustentação, mas sozinhos não permitem alcançar as reservas indispensáveis aos investimentos exigidos pelas lavouras, objetivo esse a ser alcançado pela livre comercialização;

c — o Plano Governamental, que prevê a formação de seiscentos milhões de novos cafeeiros, é tímido para a atual conjuntura e deve ser duplicado;

d — somente com preços estimulantes e economicamente estruturados, compatíveis com o aumento de custeio, dos insumos e com as exigências tecnológicas, e com assistência creditícia, é que os cafeicultores poderão atender ao Plano de Renovação e Revigoramento da Cafeicultura;

e — o passado demonstrou, em Plano anterior, que sem preços atrativos, apesar de financiamentos subsidiados, o cafeicultor prefere outras opções, e constituem exemplo o caso do Paraná e São Paulo;

f — a reformulação do Estatuto do Trabalhador Rural, tornando-o compatível com a realidade social do meio rural, é urgente e necessária, visto que a mão-de-obra representa elemento importante na produção do café;

g — a transferência para o empresário cafeicultor dos preços alcançados na exportação, permitir-lhe-á remunerar convenientemente e fixar o homem no campo, onde ele encontrará melhor condição de vida para si e para sua família, aliviando os centros urbanos de enorme carga assistencial;

h — o fortalecimento da iniciativa privada, política do Governo Revolucionário, merece nosso apoio e aplauso. O próprio IBC transferiu ao comércio exportador toda participação no mercado internacional. A cafeicultura, muito já contribuiu para o desenvolvimento nacional mas agora, para subsistir, está a exigir que seja enquadrada na filosofia do Estado moderno seguida pelo atual governo que é de apoio e estímulo, na expressão mais alta, a iniciativa privada.

Guaxupé, 20 de janeiro de 1973
 — a) Dr. Isaac Ribeiro Ferreira Leite, Presidente — a) Dr. Epaminondas Camargo Madeira, Coordenador.

LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

HISTÓRICO DA LEI nº 4.740, de 15-7-1965

Tomos I e II, num total de 926 páginas. Publicação da Diretoria de Informação Legislativa do Senado Federal

PREÇO DOS DOIS TOMOS: Cr\$ 40,00

LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

HISTÓRICO DAS LEIS n.os 5.682, de 21-7-1971
 5.697, de 27-8-1971

Tomos I e II, num total de 892 páginas. Publicação da Diretoria de Informação Legislativa do Senado Federal

PREÇO DOS DOIS TOMOS: Cr\$ 40,00

ANAIS DO SENADO

Mês de fevereiro de 1965	— SESSÕES 1. ^a a 16. ^a — Preparatória
Mês de março de 1965	— SESSÕES 1. ^a a 20. ^a — Preparatória
Mês de abril de 1965	— SESSÕES 21. ^a a 38. ^a —
Mês de maio de 1965	— SESSÕES 39. ^a a 50. ^a — tomo I
Mês de maio de 1965	— SESSÕES 51. ^a a 62. ^a — Tomo II
Mês de julho de 1965	— SESSÕES 90. ^a a 106. ^a —
Mês de agosto de 1965	— SESSÕES 107. ^a a 117. ^a — tomo I
Mês de agosto de 1965	— SESSÕES 118. ^a a 130. ^a — tomo II
Mês de setembro de 1965	— SESSÕES 141. ^a a 142. ^a — tomo I
Mês de setembro de 1965	— SESSÕES 143. ^a a 145. ^a — tomo II
Mês de outubro de 1965	— SESSÕES 146. ^a a 155. ^a — tomo I
Mês de outubro de 1965	— SESSÕES 156. ^a a 166. ^a — tomo II
Mês de janeiro de 1968	— SESSÕES 1. ^a a 12. ^a (Convocação Extraord.)
Mês de fevereiro de 1968	— SESSÕES 13. ^a a 27. ^a (Convocação Extraord.)
Mês de fevereiro de 1968	— SESSÕES 28. ^a a 34. ^a (Convocação Extraord.)
Mês de março de 1968	— SESSÕES 1. ^a a 15. ^a (1. ^a e 2. ^a Sessões Prepara-tórias — Vol. I)
Mês de março de 1968	— SESSÕES 16. ^a a 32. ^a — tomo II
Mês de abril de 1968	— SESSÕES 33. ^a a 42. ^a — tomo I
Mês de abril de 1968	— SESSÕES 43. ^a a 62. ^a — tomo II
Mês de maio de 1968	— SESSÕES 63. ^a a 78. ^a — tomo I
Mês de maio de 1968	— SESSÕES 79. ^a a 100. ^a — tomo II
Mês de junho de 1968	— SESSÕES 101. ^a a 114. ^a — tomo I
Mês de junho de 1968	— SESSÕES 115. ^a a 132. ^a — tomo II
Mês de julho de 1968	— SESSÕES 1. ^a a 10. ^a (Convocação Extraord.)
Mês de julho de 1968	— SESSÕES 11. ^a a 24. ^a — tomo II
Mês de agosto de 1968	— SESSÕES 133. ^a a 150. ^a — tomo I
Mês de agosto de 1968	— SESSÕES 151. ^a a 171. ^a — tomo II
Mês de setembro de 1968	— SESSÕES 172. ^a a 188. ^a — tomo I
Mês de setembro de 1968	— SESSÕES 189. ^a a 209. ^a — tomo II
Mês de outubro de 1968	— SESSÕES 210. ^a a 231. ^a — tomo I
Mês de outubro de 1968	— SESSÕES 232. ^a a 262. ^a — tomo II
Mês de novembro de 1968	— SESSÕES 263. ^a a 275. ^a — tomo I
Mês de novembro de 1968	— SESSÕES 276. ^a a 298. ^a — tomo II
Mês de dezembro de 1968	— SESSÕES 1. ^a a 15. ^a — tomo I (Convocação Extraordinária)
Mês de outubro de 1969	— SESSÕES 1. ^a a 7. ^a — tomo I
Mês de novembro de 1969	— SESSÕES 8. ^a a 19. ^a — tomo I
Mês de novembro de 1969	— SESSÕES 20. ^a a 36. ^a — tomo II
Mês de abril de 1970	— SESSÕES 1. ^a a 12. ^a — tomo I
Mês de abril de 1970	— SESSÕES 13. ^a a 20. ^a — tomo II
Mês março/abril de 1971	— SESSÕES 1. ^a a 11. ^a — tomo I
Mês março/abril de 1971	— SESSÕES 12. ^a a 21. ^a — tomo II
Mês de maio de 1971	— SESSÕES 22. ^a a 32. ^a — tomo I
Mês de maio de 1971	— SESSÕES 33. ^a a 44. ^a — tomo II
Mês de julho de 1971	— SESSÕES 68. ^a a 81. ^a — tomo I
Mês de julho de 1971	— SESSÕES 82. ^a a 93. ^a — tomo II
Mês de agosto de 1971	— SESSÕES 94. ^a a 103. ^a — tomo I
Mês de agosto de 1971	— SESSÕES 104. ^a a 115. ^a — tomo II
Mês de setembro de 1971	— SESSÕES 116. ^a a 126. ^a — tomo I
Mês de setembro de 1971	— SESSÕES 127. ^a a 138. ^a — tomo II
Mês de outubro de 1971	— SESSÕES 139. ^a a 148. ^a — tomo I
Mês de outubro de 1971	— SESSÕES 149. ^a a 157. ^a — tomo II
Mês de abril de 1972	— SESSÕES 1. ^a a 12. ^a — tomo I

PREÇO DE CADA VOLUME: Cr\$ 10,00

"MANUAL DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA MUNICIPAL"

Volume com 64 páginas — Preço Cr\$ 5,00

ÍNDICE

- I — Da Filiação Partidária
- II — Convocação da Convenção Municipal
- III — Registro das Chapas
- IV — Impugnação do Registro
- V — Instalação e Funcionamento da Convenção
- VI — Ata da Convenção
- VII — Dos Livros do Partido
- VIII — Dos Diretórios Municipais
- IX — Das Comissões Executivas
- X — Dos Delegados dos Diretórios
- XI — Do Registro dos Diretórios
- XII — Dos Municípios sem Diretórios
- XIII — Prazo de filiação para concorrer às eleições municipais de 1972
- XIV — Diretórios Distritais e órgãos de cooperação

ANEXOS:

- a) Modelo nº 1 — Edital de Convocação da Convenção Municipal
- Modelo nº 2 — Notificação de Convencional para comparecer à Convenção
- Modelo nº 3 — Requerimento de Registro de Chapas
- Modelo nº 4 — Autorização coletiva para Inscrição de candidato
- Modelo nº 5 — Ata da Convenção
- Modelo nº 6 — Termos de Abertura e Encerramento
- Modelo nº 7 — Edital de Convocação do Diretório Municipal
- Modelo nº 8 — Notificação aos membros do Diretório
- Modelo nº 9 — Requerimento ao Juiz Eleitoral indicando os Delegados
- b) RESOLUÇÃO nº 9.058, de 3 de setembro de 1971, do Tribunal Superior Eleitoral

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

PUBLICAÇÃO DA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Volume com 326 páginas — Preço Cr\$ 20,00

ÍNDICE

I — LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

- a) Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — "Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 21-7-71; ret. D.O. de 23-7-71).
- b) Lei nº 5.697, de 27 de agosto de 1971 — "Dá nova redação aos artigos que menciona da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971
— Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 19-9-71).
- c) Quadro Comparativo:
 - Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — "Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 21-7-71; ret. D.O. de 23-7-71);
 - Lei nº 5.697, de 27 de agosto de 1971 — "Dá nova redação aos artigos que menciona da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 19-9-71);
 - Projeto de Lei nº 8/71 (CN); e
 - Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965 — "Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 19-7-65; ret. D.O. de 3-7-65).
- d) Instruções para Organização, Funcionamento e Extinção dos Partidos Políticos — Resolução nº 9.058, de 3 de setembro de 1971, do Tribunal Superior Eleitoral (D.J. de 13-9-71).

II — CÓDIGO ELEITORAL

- a) Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — "Institui o Código Eleitoral" (D.O. de 19-7-65; ret. D.O. de 30-7-65).
- b) alterações:
 - Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966 — "Altera a redação da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral)" (D.O. de 6-5-66) (alterações já consignadas);
 - Decreto-lei nº 441, de 29 de janeiro de 1969 — "Altera e revoga dispositivos da Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966" (D.O. de 30-1-69; ret. D.O. de 4-2-69) (alterações já consignadas);
 - Decreto-lei nº 1.064, de 24 de outubro de 1969 — "Altera a redação do art. 302 do Código Eleitoral, e dá outras providências" (D.O. de 27-10-69).
- III — SUBLEGENDAS
 - Lei nº 5.453, de 14 de julho de 1969 — "Institui o sistema de sublegenda, e dá outras providências" (D.O. de 18-6-68).
- IV — INELEGIBILIDADES
 - Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970 — "Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidade, e dá outras providências" (D.O. de 29-4-70).

Constituição da República Federativa do Brasil

(Emenda Constitucional nº 1, de 17-10-69)

FORMATO DE BOLSO

PREÇOS:	EM BROCHURA	Cr\$ 2,00
	ENCADERNADA EM PLÁSTICO	Cr\$ 3,50
	ENCADERNADA EM PELICA	Cr\$ 7,00

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR N.º 7, DE 7-9-70

COMISSÃO MISTA

- Designação de membros (DCN — 22-8-1970, pág. 464)
- Instalação — 1ª Reunião (DCN — S. II — 22-8-1970, pág. 3.486)
- Debates — 2ª Reunião (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)

DISCURSOS

(Na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e em Sessão Conjunta do Congresso Nacional — vide Índice de oradores)

DISCUSSÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 596)

EMENDAS

- (DCN — 2-9-1970, pág. 477)
- Parecer do Relator às emendas (DCN — 3-9-1970, pág. 542)
- Debates na Comissão Mista; votação das emendas na Comissão Mista (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)
- Votação das emendas (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

LEITURA DO PROJETO

(DCN — 22-8-1970, pág. 464)

MENSAGEM N.º 13/70

Do Poder Executivo, encaminhando o Projeto à consideração do Congresso Nacional (DCN — 22-8-1970, pág. 464)

PARECER DA COMISSÃO MISTA

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PARECER DO RELATOR

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

- Mensagem do Poder Executivo, solicitando que a matéria se transforme em Projeto de Lei Complementar — (DCN — S. II — 27-8-1970, pág. 3.560)

SANÇÃO

- Lei Complementar nº 7/70 (D.O. — 8-9-1970, 1ª pág.)

SUBSTITUTIVO DO RELATOR

- (DCN — 3-9-1970, pág. 558)
- Votação em Sessão Conjunta, aprovação (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTAÇÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTOS DE DECLARAÇÕES DE

(DCN — 4-6-1970, pág. 617)

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 10,00

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA DIRETORIA
DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA**

ANAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967

Os ANAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967, obra elaborada pela Diretoria de Informação Legislativa e impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, compreendem 7 volumes em edição inteiramente nova, diversa do estilo tradicional de Anais.

Ao quadro comparativo (Projeto de Constituição de 1967 — Constituição de 1964 — Emendas Constitucionais e Atos Institucionais) distribuído aos Senhores Congressistas no início da discussão e votação da nova Constituição, seguem-se, agora, os demais volumes dos Anais.

1.º VOLUME: Edição 1967 — 420 págs. — Preço: Cr\$ 6,00. Antecedentes da Constituição através do noticiário da imprensa.

Neste volume são divulgadas as principais manifestações da imprensa brasileira, no decorrer do ano de 1966, em editoriais, crônicas; entrevistas e reportagens, abordando a reforma constitucional desde a indicação da Comissão de Juristas; o texto do Anteprojeto da Comissão de Juristas; as divergências ocorridas entre os membros daquela Comissão; as manifestações de Congressistas e constitucionalistas face ao problema da outorga, eleição de uma Assembléa Constituinte ou ato convocatório do atual Congresso; o papel desempenhado pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Moura Andrade e Deputado Adauto Lúcio Cardoso, em defesa da independência e soberania do Poder Legislativo, críticas e sugestões ao Projeto de Constituição e análise dos Capítulos do Projeto originário do Executivo e remetido ao Congresso em 12 de dezembro de 1966.

2.º VOLUME: Edição 1967 — 432 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Primeira fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional — Discussão e votação do Projeto.

Este volume contém os pronunciamentos dos parlamentares nas 18 sessões conjuntas realizadas de 12 a 21 de dezembro de 1966 para discussão e votação do Projeto de Constituição.

Focaliza as manifestações referentes à matéria constitucional, fornecendo, para facilitar as pesquisas, índices de sessões, autores (de discursos, apartes, declarações de voto e questões de ordem) — com pequeno resumo dos temas abordados — e ainda um índice de assuntos.

3.º VOLUME: Edição 1968 — 282 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Discursos pronunciados em sessões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Discursos pronunciados antes do envio do Projeto da nova Constituição ao Congresso Nacional, assim como aqueles referentes ao período da convocação extraordinária do Congresso, com uma cobertura completa dos trabalhos constitucionais, a partir de 29-11-66 até 11-1-67.

4.º VOLUME: Edição 1968 — 1.192 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. — Num total de 945 págs. Segunda fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional.

Discussão e votação das emendas. Contém os pronunciamentos ocorridos nas sessões conjuntas realizadas de 5 a 24 de janeiro de 1967 para discussão e votação das emendas ao Projeto e promulgação da nova Constituição.

5.º VOLUME: Edição 1969 — 746 págs. — Preço: Cr\$ 10,00. Comissão Mista.

Contém as reuniões realizadas pela Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre o Projeto de Constituição e as emendas que lhe foram oferecidas.

6.º VOLUME: Edição 1969 — 1.076 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. Emendas oferecidas ao Projeto de Constituição.

Este volume apresenta cada emenda com a respectiva justificação e sua tramitação detalhada: pareceres (dos Sub-Relatores, do Relator-Geral e da Comissão Mista), requerimentos (destaque, preferência, votação conjunta) e votação. É feita a remissão ao 4.º volume da obra, com indicação nas páginas.

7.º VOLUME: Edição 1970 — Quadro Comparativo. Constituição de 1967 — Projeto originário do Poder Executivo — Emendas aprovadas, artigo por artigo. Volume com 282 páginas — Preço: Cr\$ 8,00.

DIRETRIZES E BASES PARA O ENSINO

(OBRA ELABORADA E REVISADA PELA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)

Dois Volumes com 638 páginas

HISTÓRICO DA LEI N° 5.692 DE 11 DE AGOSTO DE 1971

PREÇO DE VENDA DOS DOIS VOLUMES — CR\$ 30,00

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20